STJ00105277

ARNALDO
RIZZARDO

DIREITO DE EMPRESA

6.ª edição
Revista e atualizada

gen | Editora FORENSE

STJ00105277

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

  Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

  Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
  Copyright © 2018 by
  EDITORA FORENSE LTDA.
  Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
  Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
  Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
  forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).
  Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – Editora Forense – 2007
6ª edição – Editora Forense – 2018

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 29.11.2017

- CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
  SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

R533d

Rizzardo, Arnaldo
Direito de empresa / Arnaldo Rizzardo. – 6. ed., rev e atual. – Rio de Janeiro: Forense, 2018.

Inclui bibliografia
ISBN 9978-85-309-7829-7

1. Direito empresarial - Brasil. I. Título.

17-45987 CDU: 347.7(81)

1136 12

ÍNDICE SISTEMÁTICO

CAPÍTULO I – FORMAÇÃO DO DIREITO DE EMPRESA 1

1. Origens da sociedade 1
2. A formação da sociedade com finalidades econômicas 2
3. O início das relações comerciais 3
4. As primeiras sociedades e movimentos históricos 4
5. A teoria dos atos de comércio e atos de empresa 6
6. A unificação do direito privado e o Código Civil de 2002 8
7. O direito empresarial no Código Civil brasileiro e no Código de Processo Civil 9
8. Atividades econômicas e empresa 10
9. Fontes do direito de empresa 12

CAPÍTULO II – A SOCIEDADE EMPRESÁRIA E SEU ENQUADRAMENTO NAS PESSOAS JURÍDICAS 15

1. A sociedade empresária 15
2. Elementos da sociedade empresária 17
3. Sociedade, empresa e pessoa jurídica 18
4. Pessoa jurídica, sua definição e caracterização 21
5. A personalidade da pessoa jurídica 22
6. Divisão das pessoas jurídicas 23
   - 6.1. As pessoas jurídicas de direito público 23
   - 6.2. As pessoas jurídicas de direito privado 26
     - 6.2.1. As associações 27
     - 6.2.2. As sociedades 28
       - 6.2.2.1. Sociedades não personificadas 28
       - 6.2.2.2. Sociedades personificadas 29
         - 6.2.2.2.1. Divisão das sociedades personificadas 29

STJ00105277

6.2.2.2.2. A finalidade econômica como elemento de distinção entre as sociedades personificadas empresárias e as simples 33
6.2.2.2.3. Sociedades de pessoas e de capital ... 37
6.2.2.2.4. Direitos e deveres dos sócios de qualquer sociedade 37
6.2.3. As fundações 39
7. Aplicação das normas sobre as pessoas jurídicas às empresas 40
8. O registro da empresa e sua função 41
9. Fundo de empresa e aviamento 41

CAPÍTULO III – O EMPRESÁRIO 45

1. Conceito de empresário e empresário individual 45
2. A inscrição do empresário individual no Registro de Empresas 47
3. Os requisitos para a inscrição do empresário individual 48
3.1. O nome e outros dados pessoais 49
3.2. A firma e a assinatura 49
3.3. O capital 49
3.3.1. A constituição do capital através da transferência de imóveis e outros bens 50
3.4. O objeto 52
3.5. A sede da empresa individual e das sucursais, filiais ou agências 53
4. Orientações e elementos que constarão do requerimento de inscrição 54
4.1. Modelo de requerimento para a inscrição 56
5. Pessoas impedidas de serem empresárias 56
6. As micro ou pequenas empresas, o empresário rural e o tratamento favorecido da lei 59
7. Capacidade para estabelecer a empresa 62
8. Continuação do exercício da empresa por incapaz 64
8.1. Nomeação de gerentes se impedidos os representantes de exercer a atividade empresária 67
9. Alienação dos imóveis pelo empresário 67
10. Atos do empresário registráveis no Registro de Empresas 68
11. A responsabilidade do empresário individual 68
12. Transformação da empresa individual em sociedade empresária e vice-versa 70
13. Empresa individual de responsabilidade limitada 72

STJ00105277

CAPÍTULO IV – FORMAÇÃO, TIPOS DE SOCIEDADES E PERSONALIDADE DA SOCIEDADE 77

1. Pressupostos e princípios do contrato de sociedade 77
2. Requisitos do contrato de sociedade 78
3. Tipos de sociedades 81
4. Sociedade rural 81
5. Sociedade entre cônjuges 82
6. Sociedade de propósito específico – SPE e modelo de ata de constituição e de estatuto social 83
7. Personalidade jurídica da sociedade empresária 86
8. Decorrências da falta de registro das sociedades 87

CAPÍTULO V – SOCIEDADE EM COMUM 89

1. Definição 89
2. Caracterização 90
3. A divisão em simples ou empresária 91
4. Responsabilidade dos sócios 91

CAPÍTULO VI – SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO .. 95

1. A manifestação da presença de um único sócio 95
2. Relações entre os sócios e características 97
3. O capital do sócio participante na sociedade em conta de participação 99
4. Falência da sociedade em conta de participação 99
5. Responsabilidade perante terceiros 100
6. Liquidação da sociedade em conta de participação 101
7. Modelo de estatuto da sociedade 102

CAPÍTULO VII – A SOCIEDADE SIMPLES 103

1. A disciplina 103
2. O contrato social 105
3. Distinções entre as sociedades simples e as associações 113
4. Modelos de contrato da sociedade simples e de estatuto da associação 115
5. Registro da sociedade simples 115
6. Modificações contratuais 116
7. Registro de sucursal, filial ou agência de sociedade simples 117
8. Os sócios e as obrigações em geral 117
9. Dever de integralização da quota e exclusão do sócio 118
10. Substituição de função de sócios 119

STJ00105277

11. Garantias nos aportes de bens transferidos para a formação do capital 120
12. Cessão da quota e responsabilidade 120
13. A contribuição consistente em serviços 122
14. Lucro do sócio prestador de serviços 123
15. Exclusão dos lucros e perdas 123
16. Lucros ilícitos ou fictícios 123
17. A administração pelos sócios separadamente 124
18. Limites na administração pelos sócios separadamente e atos *ultra vires* 125
19. Limitações à irrevogabilidade dos poderes conferidos aos administradores 127
20. Dever de prestar contas 128
21. Direito ao exame de livros e documentos da sociedade 129
22. As deliberações sobre os negócios da sociedade 129
23. Qualidades e deveres exigidos do administrador 131
24. Desvios de bens ou valores sociais pelo administrador 133
25. O administrador nomeado por instrumento em separado 134
26. Constituição de mandatário pelo administrador 134
27. Administração colegiada 134
28. Responsabilidade solidária dos administradores 135
29. Representação da sociedade 135
30. Benefício de ordem 137
31. Dívidas particulares dos sócios e execução em sua quota 137
32. Responsabilidade pelas obrigações da sociedade 139
33. Responsabilidade do novo sócio pelas dívidas da sociedade 140
34. Responsabilidade do sócio que se retira, ou que é excluído, ou que morre 141
35. Dissolução ou resolução parcial da sociedade 141
36. A resolução parcial por morte do sócio e direito sucessório 145
37. Retirada espontânea do sócio 148
38. Exclusão judicial do sócio 149
39. Falência do sócio ou liquidação da quota 152
40. Liquidação da quota na resolução da sociedade em relação a um sócio ou apuração de haveres 153
41. Dissolução extrajudicial ou administrativa (distrato) da sociedade e sua transformação em empresa individual 157
42. Modelo de dissolução pelo consenso unânime dos sócios ou distrato 161
43. A dissolução judicial da sociedade 161

STJ00105277

44. A liquidação da sociedade 162
45. Iniciativa do Ministério Público para buscar a liquidação 164

CAPÍTULO VIII – SOCIEDADES EM NOME COLETIVO 167

1. A responsabilidade ilimitada dos sócios 167
2. O contrato social, a firma e a administração da sociedade 168
3. Modelo de estatuto da sociedade 169
4. Dissolução da sociedade em nome coletivo 170

CAPÍTULO IX – SOCIEDADE EM COMANDITA SIMPLES 173

1. Origem e significado 173
2. Categoria de sócios e responsabilidade 174
3. O contrato e modelo de estatuto da sociedade 175
4. A administração da sociedade em comandita simples 175
5. Participação nos lucros na sociedade em comandita 176
6. A dissolução da sociedade em comandita 176
7. A morte de sócio comanditário 177

CAPÍTULO X – A SOCIEDADE LIMITADA 179

1. Visão histórica 179
2. A responsabilidade limitada 181
3. Sociedade de pessoas 182
4. Restrições para ser sócio 184
5. Incidência das normas da sociedade simples na omissão de regras específicas 184
6. Elementos obrigatórios do contrato 185
7. Elementos facultativos 189
8. Modelo de contrato da sociedade 189
9. As quotas 190
10. Natureza jurídica da quota 192
11. A indivisibilidade e transferência das quotas 193
12. A cessão de quotas 195
    12.1. Modelo de instrumento de cessão de quotas 197
13. A sucessão *causa mortis* da quota 198
14. Expropriação da quota não integralizada de sócio remisso 203
15. Distribuição de lucros e prejuízo do capital 204
16. Administração da sociedade limitada 204
17. Deveres dos administradores 206
18. A administração por terceiros 207

STJ00105277

19. Modelo de pedido de averbação de nomeação de administrador 208
20. Nomeação e destituição do sócio nomeado 208
21. Conselho fiscal 210
22. As deliberações dos sócios 214
23. Convocação da reunião ou assembleia 215
24. Competência para a convocação da reunião ou assembleia 217
25. Modelo de notificação dos sócios para a reunião ou assembleia 217
26. A votação nas deliberações 218
27. Deliberações tomadas em reunião ou assembleia 219
28. Casos de obrigatoriedade e de dispensa da reunião ou assembleia para a aprovação das deliberações 220
29. *Quorum* para a instalação e *quorum* para a aprovação das deliberações 221
30. Deliberação sobre pedido de recuperação judicial ou extrajudicial 223
31. Dissidência do sócio e direito de recesso 223
32. Impedimentos para votar 225
33. Regras de funcionamento das assembleias e das reuniões 226
34. Momento da realização e sequência da assembleia ou da reunião 227
35. Elementos da ata da assembleia ou da reunião e providências administrativas 228
36. Modelo de ata de reunião ou assembleia com convocação 229
37. Modelo de ata de reunião ou assembleia sem convocação 230
38. Aprovação do balanço e afastamento da responsabilidade 230
39. Responsabilidade dos sócios e dos administradores nas deliberações e no exercício das funções com infringência à lei, ao contrato e com excesso de poder 231
40. Alteração do contrato social 234
41. Modelo de alteração do contrato ou estatuto da sociedade 235
42. Aumento do capital 235
43. Preferência na subscrição de novas quotas 237
44. Elementos do contrato para o aumento do capital 238
45. Redução do capital 238
46. Explicitação das hipóteses que permitem a redução legal 239
47. Obrigatoriedade da redução na existência de perdas 240
48. Regramento para a redução se excessivo o capital 241
49. Resolução parcial da sociedade por exclusão de sócio 242
    49.1. A exclusão do sócio 243
    49.2. Exclusão por não satisfação das contribuições, por falta grave e por incapacidade superveniente 243

STJ00105277

49.3. Exclusão por atos de inegável gravidade 244
49.4. Início dos efeitos da exclusão 247
49.5. Direito de defesa 247
49.6. Alteração do contrato e apuração do montante devido 248
49.7. Possibilidade da exclusão judicial 249
49.8. Distinção de exclusão por falta grave, incapacidade superveniente ou justa causa 250
50. Dissolução da sociedade 250

CAPÍTULO XI – A SOCIEDADE ANÔNIMA 253

1. Conceito 253
2. Elementos históricos 254
3. Caracterização do capital 257
4. Natureza jurídica da sociedade 258
5. Legislação incidente 259
6. Objeto social 260
7. Capital social 261
   7.1. Formação do capital através do aporte de bens 264
   7.2. Formação de capital através da cessão de créditos 266
8. Modelo de edital para a convocação de assembleia para a nomeação de peritos 266
9. A fiscalização pela Comissão de Valores Mobiliários 267
   9.1. Atribuições da Comissão de Valores Mobiliários 268
10. Características da sociedade por ações 270
11. Denominação 271

CAPÍTULO XII – O CAPITAL SOCIAL DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 273

1. A formação do capital pelas ações 273
2. O preço de emissão e o ágio das ações 274
3. Classificação das ações 277
   3.1. Quanto ao conteúdo: ações de valor nominal e ações sem valor nominal 277
   3.2. Quanto aos direitos que encerram: ações ordinárias, ações preferenciais e ações de fruição 280
   3.3. Quanto à forma: ações nominativas e ações escriturais 287
      3.3.1. Transferência das ações nominativas e escriturais 289
4. Modelo de contrato particular de compra e venda de ações 291
5. Natureza do negócio que mantém as ações na instituição financeira 291

STJ00105277

CAPÍTULO XIII – CERTIFICADOS DAS AÇÕES 293

1. O significado de títulos representativos das ações 293
2. Elementos dos certificados 294
3. Formalização dos certificados 295
4. Perda ou extravio de certificado de ações 296

CAPÍTULO XIV – ESTRUTURA E GARANTIA DAS AÇÕES 297

1. Natureza das ações 297
2. Características das ações 298
3. Constituição de direitos reais 300
4. Outras garantias sobre as ações 301

CAPÍTULO XV – NEGOCIAÇÃO DAS PRÓPRIAS AÇÕES PELA SOCIEDADE ANÔNIMA 305

1. Negócios permitidos envolvendo as próprias ações 305
2. Resgate 306
   2.1. O preço da ação para resgate 308
3. Reembolso 309
   3.1. O valor do reembolso das ações 311
   3.2. Situações que admitem o reembolso 311
4. Amortização 312
5. Aquisição, alienação e compra 313
6. Condições na negociação com as próprias ações 314

CAPÍTULO XVI – A CUSTÓDIA DE AÇÕES FUNGÍVEIS 315

1. A custódia de ações e aquisição da propriedade fiduciária 315
2. Representação e responsabilidade 316
3. Certificados de depósito das ações 317

CAPÍTULO XVII – PARTES BENEFICIÁRIAS E BÔNUS DE SUBSCRIÇÃO 319

1. As partes beneficiárias como títulos que garantem a participação nos lucros anuais 319
2. Direito conferido pelas partes beneficiárias a um crédito contra a sociedade 319
3. Distinção entre partes beneficiárias e ações 320
4. Emissão das partes beneficiárias pela sociedade 321
5. Conversão das partes beneficiárias em ações 321
6. Direito de preferência dos titulares das partes beneficiárias 322
7. Elementos dos certificados das partes beneficiárias 322

STJ00105277

8. Partes beneficiárias nominativas 323
9. Modificação do estatuto quanto às partes beneficiárias 323
10. Bônus de subscrição e sua função de títulos que dá direito à subscrição de ações 323
11. Obrigação dos bônus para a empresa emissora 324
12. Emissão dos certificados dos bônus de subscrição 325

CAPÍTULO XVIII – AS DEBÊNTURES 327

1. Origem e etimologia 327
2. A natureza de crédito 327
3. A emissão das debêntures 328
4. O valor do crédito a ser recebido 329
5. Debêntures padronizadas 330
6. Vencimento, amortização e resgate das debêntures 330
7. Debêntures permanentes ou perpétuas 332
8. Remuneração das debêntures 332
9. Conversibilidade das debêntures em ações 333
10. Garantia das debêntures 335
    10.1. Debêntures com garantia real 335
    10.2. Debêntures com garantia flutuante 338
    10.3. Debêntures com garantia fidejussória 338
    10.4. Fundo de reserva para a constituição de garantia 339
11. Debêntures sem garantia 339
12. Emissão e negociação das debêntures 339
13. Limites nas emissões de debêntures 342
14. Elementos formais no ato de emissão 343
15. Registro da emissão na Junta Comercial 344
16. A forma e a representação por certificados e cautelas 346
17. Agentes fiduciários 348
18. O exercício dos direitos pelos titulares das debêntures 350
19. Assembleia de debenturistas 351
20. Modelo de edital ou aviso de convocação de debenturistas para a assembleia 352
21. Modelo de assembleia especial de debenturistas 353
22. Garantias lastreadas em debêntures pela emissão de cédulas 353
23. Emissão de debêntures no exterior 354
24. Extinção das debêntures 355

STJ00105277

CAPÍTULO XIX – ESPÉCIES DE SOCIEDADES ANÔNIMAS 357

1. Espécies conforme a negociação ou não das ações no mercado 357
2. Sociedades de capital aberto 357
3. A negociação no mercado de balcão ou na Bolsa de Valores 358
4. O registro da sociedade na Comissão de Valores Mobiliários. Normas da Comissão de Valores Mobiliários 360
   4.1. Regramentos administrativos 366
5. Modelo de edital de venda de ações 376
6. Convocação da assembleia para nova avaliação das ações 377
7. As sociedades de capital fechado 378

CAPÍTULO XX – CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA 381

1. A formação da sociedade 381
2. As providências iniciais 382
3. A constituição por subscrição particular 383
4. A constituição por subscrição pública 384
5. O projeto do estatuto e o prospecto da sociedade 385
6. A avaliação de bens que integram o capital subscrito 387
7. Comprovação do pagamento da entrada e a transmissão dos bens que entram no capital 388
8. Modelos de edital de convocação e de boletim de subscrição 389
9. A aprovação da sociedade 389
10. Incorporação de bens, representação, denominação, responsabilidade e entrega de documentos 390
11. O registro na Junta Comercial e publicação da constituição da sociedade 391
12. Elementos dos estatutos 394
13. A participação na sociedade de acionista residente ou domiciliado no exterior 395
14. Modelo de ata de fundação de sociedade 396
15. Modelo de estatuto social 396

CAPÍTULO XXI – LIVROS SOCIAIS E ESCRITURAÇÃO NA SOCIEDADE ANÔNIMA 397

1. Especificação dos livros 397
2. Direito ao acesso e ao exame dos livros 399
3. Modelo de livro de registro de ações 400
4. Escrituração pelo agente emissor 401
5. Escrituração das ações escriturais 402
6. Fiscalização e dúvidas na escrituração 402

STJ00105277

7. Responsabilidade pelo registro 403
8. Exibição dos livros 403

CAPÍTULO XXII – DIREITOS DOS ACIONISTAS 405

1. Classes de direitos e panorama geral 405
2. Participação nos lucros ou distribuição de dividendos 406
3. Participação no acervo 407
4. Fiscalização dos negócios 408
5. Preferência na subscrição de ações 408
6. Retirada da sociedade 409
   6.1. Situações que autorizam a retirada 409
   6.2. Prazo para exercer o direito de retirada 411
   6.3. Ratificação ou reconsideração da deliberação que enseja a retirada 412
   6.4. Prova da titularidade das ações para o reembolso do valor das ações 412
   6.5. O direito de retirada aos acionistas que não votaram na assembleia 413

CAPÍTULO XXIII – DEVERES DOS ACIONISTAS E FALTA DE INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES 415

1. Os deveres em geral 415
2. A integralização das ações pelo sócio 415
3. Mora na integralização das ações 416
4. Acionista remisso e consequências 416
5. Permanência da responsabilidade do devedor 418

CAPÍTULO XXIV – AS ASSEMBLEIAS GERAIS DOS SÓCIOS NA SOCIEDADE ANÔNIMA 419

1. Conceito e funções 419
2. Espécies de assembleias gerais e competência 420
3. Os atos das assembleias 423
4. A ata da assembleia 424
5. Modelos de ata sumária e de extrato de ata 426
6. Assembleia geral ordinária 426
   6.1. A disponibilização dos documentos aos sócios 427
   6.2. Modelo de aviso da disponibilização dos documentos 428
   6.3. O procedimento na realização da assembleia ordinária 428
7. Assembleia geral extraordinária 430
8. Assembleia para a reforma de estatutos 430

STJ00105277

9. Deliberações com *quorum* especial nas assembleias 431
10. Competência para a convocação das assembleias 433
11. As formalidades para a convocação 434
12. O *quorum* necessário para a votação e a instalação da assembleia 437
13. Modelo de livro de registro de presença de acionistas 438
14. Condições para participar da assembleia 438
15. Representação dos sócios nas assembleias 439

CAPÍTULO XXV – O EXERCÍCIO DO VOTO 441

1. Voto como poder político de decisão 441
2. As ações ordinárias e o pleno exercício do voto 441
3. As ações preferenciais e a limitação no exercício do voto 442
4. O direito do voto no penhor ou outro gravame das ações, na falta de integralização das ações e na morte do titular das ações 443
5. O voto contrário aos interesses da sociedade 444

CAPÍTULO XXVI – MAIORIA ACIONÁRIA OU O CONTROLADOR DA SOCIEDADE ANÔNIMA 449

1. O sentido de maioria acionária 449
2. Acionista controlador 450
3. A extensão do controle 452
4. Responsabilidade do acionista controlador 452
5. Comunicação das modificações no controle acionário 454

CAPÍTULO XXVII – ACORDO DE ACIONISTAS 455

1. Situações que permitem acordo de acionistas 455
2. Obrigatoriedade e relatividade dos acordos 457
3. Validade dos acordos 458
4. Regras específicas sobre os acordos 459
5. Prazo de duração dos acordos 460
6. Viabilidade de acordos em outras sociedades 461
7. Modelo de acordo de acionistas 462

CAPÍTULO XXVIII – O DIREITO DE RECESSO OU RETIRADA DO SÓCIO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 463

1. A livre participação na sociedade 463
2. Situações legais que permitem a retirada 463
3. Limitações à retirada 464
4. Diretrizes para a retirada e o reembolso do valor das ações 466

STJ00105277

CAPÍTULO XXIX – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS E RESPONSABILIDADE DOS MEMBROS 473

1. Conceito e funções 473
2. Composição e escolha dos membros 473
3. Voto múltiplo na escolha dos conselheiros 474
4. Destituição e vaga de conselheiros 475
5. Eleição e destituição por sócios minoritários e titulares de ações preferenciais 475
6. Eleição conjunta por sócios minoritários e titulares de ações preferenciais 477
7. Competência do Conselho de Administração 477
8. Modelo de ata de reunião da administração 478

CAPÍTULO XXX – A DIRETORIA E A REPRESENTAÇÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 479

1. A diretoria como órgão executivo da sociedade 479
2. Atribuições e escolha dos membros 479
3. Representação da sociedade 480
4. Modelo de ata de reunião de diretoria 481

CAPÍTULO XXXI – OS ADMINISTRADORES EM GERAL DA SOCIEDADE ANÔNIMA 483

1. Extensão da categoria dos administradores 483
2. Distinção entre membros do Conselho de Administração e administradores 483
3. Escolha dos conselheiros e dos diretores 484
4. Pessoas impedidas de nomeação 485
5. A investidura, a substituição e o término da gestão dos conselheiros e diretores 486
6. A remuneração aos conselheiros e diretores e outros titulares de cargos administrativos 487
7. Deveres dos administradores em geral 488
8. A responsabilidade dos administradores 492
9. A ação de responsabilidade 494

CAPÍTULO XXXII – CONSELHO FISCAL DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 499

1. Atribuições e funcionamento 499
2. A constituição 500
3. Competência 502

STJ00105277

4. Poderes e incumbências que possibilitam a atuação 502
5. Deveres e responsabilidades 504
6. Modelo de ata de reunião do conselho fiscal 505

CAPÍTULO XXXIII – MODIFICAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 507

1. Tendências de se elevar ou diminuir o capital social 507
2. Aumento do capital e providências 507
3. Situações que comportam o aumento 509
4. Preferências na subscrição no aumento de capital 515
5. Modelo de edital de convocação dos acionistas para aumento de capital 517
6. Modelo de aviso para a subscrição de ações 517
7. Modelo de edital de convocação para aumento de ações preferenciais 518
8. Redução do capital social 518
9. Preservação dos direitos dos credores na redução do capital 519

CAPÍTULO XXXIV – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS NAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 523

1. Exercício social 523
2. Demonstrações financeiras e sua escrituração 524
   2.1. Balanço patrimonial 528
      2.1.1. Regras especiais para a escrituração do balanço patrimonial 529
      2.1.2. Critérios de avaliação do ativo e do passivo no balanço 531
   2.2. Demonstrações de lucros ou prejuízos acumulados ou mutações do patrimônio líquido 534
   2.3. Demonstração do resultado do exercício 534
   2.4. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado 536
3. Modelo de demonstrações financeiras 536

CAPÍTULO XXXV – LUCROS DA SOCIEDADE ANÔNIMA 539

1. Alcances do lucro 539
2. Reservas ou retenção de lucros e de capital 540
3. Dividendos 549
   3.1. Dividendo obrigatório 551
   3.2. Dividendo prioritário em ações preferenciais e dividendo intermediário 553
   3.3. Pagamento dos dividendos 556

STJ00105277

CAPÍTULO XXXVI – TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA 559

1. Mudança de um tipo de sociedade para outro 559
2. Procedimento da mudança 559
3. Deliberação dos sócios e efeitos da mudança 561
4. Modelo de ata de transformação de sociedade por ações em sociedade limitada 562
5. Modelo de ata de transformação de sociedade limitada em sociedade por ações 562

CAPÍTULO XXXVII – INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS 565

1. Princípios gerais comuns 565
2. Projeto ou protocolo, justificação e avaliação 567
3. Incorporação 569
   3.1. Incorporação de sociedade controlada por ações 573
4. Fusão 575
5. Cisão 577
   5.1. Procedimento para qualquer tipo de cisão 580
6. Sociedades envolvidas na incorporação, fusão e cisão com sedes em unidades diferentes da federação 582
7. Desnecessidade de negativas fiscais, previdenciárias e trabalhistas para a incorporação, fusão e cisão, e providências na existência de filiais 583
8. Direitos dos debenturistas na incorporação, fusão ou cisão 584
9. Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão 585
10. A formalização da transferência de bens na incorporação, fusão e cisão e extinção da sociedade anterior se total a versão do patrimônio 587
11. Modelo de protocolo de cisão, fusão e incorporação 588
12. Modelo de justificação de cisão parcial, fusão e incorporação 589
13. Modelo de laudo de avaliação na cisão, fusão e incorporação 589
14. Modelo de edital de convocação para a incorporação, fusão ou cisão 589
15. Modelo de ata de alteração por aumento de capital pela incorporação 590
16. Modelo de formação de sociedade por fusão 590
17. Modelo de alteração de sociedade para aumento de capital vertido da cisão de outra sociedade 590
18. Modelo simplificado de ata de incorporação, fusão ou cisão 591

STJ00105277

CAPÍTULO XXXVIII – SOCIEDADES ANÔNIMAS COLIGADAS, CONTROLADORAS E CONTROLADAS 593

1. Formas de união, de poder e de submissão das sociedades 593
2. Participação recíproca nas sociedades coligadas ou controladas por ações 594
3. Responsabilidade dos administradores da sociedade controladora em sociedades por ações 596
4. Notas explicativas nas sociedades por ações coligadas e controladas 598
5. Avaliação dos investimentos nas sociedades coligadas e controladas por ações 599
6. Demonstrações consolidadas das sociedades por ações coligadas ou controladas 600

CAPÍTULO XXXIX – SOCIEDADE BRASILEIRA ACIONISTA INTEGRAL DE SOCIEDADE ANÔNIMA 603

1. Sociedade formada por um único acionista 603
2. Formação do capital pela subscrição dos bens da sociedade subsidiária 604
3. Formação da sociedade pela incorporação das ações de outra sociedade 605
4. Subscrição das ações e aumento do capital de sociedade subsidiária 607
5. Modelo de escritura pública de constituição de sociedade subsidiária integral 607

CAPÍTULO XL – ALIENAÇÃO DO CONTROLE DE SOCIEDADE ANÔNIMA 609

1. O controle da sociedade 609
2. Oferta pública de aquisição das ações dos demais sócios 609
3. Forma da alienação das ações na transferência de controle 611
4. Aquisição do controle de uma sociedade por outra sociedade 611
5. Possibilidade de os acionistas minoritários permanecerem na sociedade 612
6. Regras da Comissão de Valores Mobiliários para a aquisição das ações 612
7. Requerimento para o registro da oferta pública de aquisição de ações 614
8. Requisitos do instrumento de oferta pública para aquisição de ações 615
9. Alienação do controle nas sociedades autorizadas pelo Poder Público 617
10. Aquisição do controle e aprovação pela assembleia geral da empresa compradora 618

STJ00105277

11. Aquisição de controle mediante oferta pública 620
12. Modelo de oferta pública de aquisição de ações 622

CAPÍTULO XLI – GRUPO E CONSÓRCIO DE SOCIEDADES ANÔNIMAS 623

1. Grupos de sociedades e diferença de consórcio 623
2. Distinção da *holding* e da *joint venture* 624
3. Aglomerado de empresas 625
4. Exigências na formação dos grupos 625
5. Autorização do CADE 626
6. Convenção para a constituição do grupo de sociedades 628
7. Administração e representação do grupo e das sociedades 630
8. Consórcio de sociedades 631
9. Modelo de instrumento particular de consórcio de sociedades 633
10. Responsabilidade das sociedades 633

CAPÍTULO XLII – DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO DA SOCIEDADE ANÔNIMA 635

1. O sentido de dissolução, liquidação e extinção 635
2. A dissolução da sociedade 635
   2.1. Dissolução de pleno direito 636
      2.1.1. Modelo de dissolução de pleno direito por decisão da assembleia 638
   2.2. Dissolução por decisão judicial 639
   2.3. Dissolução por decisão administrativa 641
   2.4. Dissolução parcial da sociedade 643
3. A liquidação da sociedade 645
   3.1. Liquidação convencional 646
   3.2. Liquidação judicial 647
   3.3. O liquidante 648
   3.4. A sociedade durante a liquidação 650
   3.5. O pagamento do passivo 651
   3.6. Partilha do ativo 654
   3.7. Prestação de contas 655
   3.8. Responsabilidade na liquidação e direitos do credor não satisfeito 655
   3.9. A liquidação extrajudicial 656
      3.9.1. A decretação da liquidação 657
      3.9.2. Efeitos da liquidação 658

STJ00105277

3.9.3. O processo de liquidação 658
3.9.4. Cessação da liquidação 661
4. A extinção da sociedade 661

CAPÍTULO XLIII – SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA 663

1. Caracterização e regime jurídico 663
2. Distinções entre sociedades de economia mista, empresas públicas, autarquias e fundações 665
3. Regência da sociedade de economia mista pela Lei das Sociedades Anônimas 667
4. Constituição das sociedades de economia mista 669
5. O controle e o objeto da sociedade de economia mista 670
6. A administração e conselho fiscal da sociedade de economia mista 671
7. Responsabilidade do acionista controlador da sociedade de economia mista 672
8. Atos de gestão e atos administrativos ou de autoridade na sociedade de economia mista 673

CAPÍTULO XLIV – SOCIEDADE EM COMANDITA POR AÇÕES 677

1. Caracterização 677
2. A administração 678
3. A responsabilidade dos diretores ou administradores e distribuição dos lucros 679
4. As deliberações sociais e responsabilidade 680
5. Modelo de estatuto social 680

CAPÍTULO XLV – A PRESCRIÇÃO NAS SOCIEDADES POR AÇÕES 681

1. Conceito e distinções 681
2. Prazos de prescrição estabelecidos no Código Civil e na Lei nº 6.404 683
   2.1. A pretensão contra os peritos, pela avaliação de bens que entram para a formação do capital de sociedade anônima 683
   2.2. Pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes 684
   2.3. Pretensão em haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias 684
   2.4. Pretensão à restituição de lucros ou dividendos recebidos de má-fé 685
   2.5. Pretensão ao ressarcimento contra fundadores, administradores, fiscais e liquidantes de sociedades anônimas 686
   2.6. Prescrição na ação para buscar a complementação de ações 688

STJ00105277

3. Prazos de prescrição estabelecidos na Lei nº 6.404 689
3.1. Pretensão à anulação da constituição da sociedade 689
3.2. Pretensão à anulação das deliberações da assembleia geral 689
3.3. Pretensão à restituição de valores pagos indevidamente 690
3.4. Pretensão à indenização por danos causados pelo agente fiduciário 690
3.5. Pretensão à indenização contra o vendedor que viola o dever de sigilo 691
3.6. Pretensão contra a companhia 691

CAPÍTULO XLVI – SOCIEDADES COOPERATIVAS 693
1. Enquadramento legal 693
2. Origem 695
3. Princípios orientadores na formação das cooperativas 696
4. Tipos de cooperativas 698
4.1. Quanto aos sujeitos envolvidos 698
4.2. Quanto aos vários setores da atividade humana ou prestação de serviços, da produção e da cultura 700
5. Cooperativas como sociedades de pessoas 704
6. Características 705
6.1. Capital social 706
6.2. Número de sócios 706
6.3. Soma das quotas de que participa o sócio 707
6.4. Intransferibilidade das quotas a terceiros 708
6.5. Número de participantes para a assembleia funcionar e deliberar 709
6.6. Direito do sócio a um único voto 709
6.7. Distribuição dos resultados 709
6.8. Indivisibilidade do fundo de reserva 710
7. Restrições impostas aos cooperados 711

CAPÍTULO XLVII – A CONSTITUIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DAS COOPERATIVAS 713
1. Deliberação da assembleia, autorização governamental e elementos 713
2. Conferência dos órgãos superiores quanto à organização 715
3. Procedimento para a organização, fundação, constituição e registro de cooperativas 716
4. Registro dos atos constitutivos 720
5. Constituição de fundos 721

STJ00105277

6. Os órgãos de administração 721
7. Os livros obrigatórios 722
8. A assembleia geral 723
9. Modelo de edital de convocação da assembleia ordinária ou extraordinária 725

CAPÍTULO XLVIII – RELAÇÕES DA COOPERATIVA COM OS ASSOCIADOS 727

1. Prestação dos serviços e atividades em função dos objetivos sociais e tipos de operações 727
2. O Código de Defesa do Consumidor e as cooperativas 728
3. Ingresso, demissão, eliminação e exclusão de sócios da cooperativa 729
4. Direitos dos cooperados que são afastados ou se retiram da cooperativa 731
5. O rateio das despesas 733
6. Concorrência do sócio com a cooperativa 733

CAPÍTULO XLIX – MUDANÇAS OU TRANSFORMAÇÕES DAS COOPERATIVAS 735

1. Fusão, incorporação e desmembramento das cooperativas 735
   1.1. Pela fusão 735
   1.2. Pela incorporação 736
   1.3. Pela cisão 736
2. Procedimento na fusão, incorporação e desmembramento 737

CAPÍTULO L – DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DAS COOPERATIVAS 739

1. Dissolução 739
2. Liquidação das cooperativas 741
3. Nomeação e funções do liquidante 742
4. Atos dependentes de autorização expressa da assembleia ou do juiz 742

CAPÍTULO LI – RESPONSABILIDADE DAS COOPERATIVAS, DOS ADMINISTRADORES E DOS SÓCIOS 745

1. Regulamentação e extensão da responsabilidade das cooperativas e dos administradores 745
2. Responsabilidade contratual dos sócios na cooperativa 747
3. Responsabilidade tributária dos sócios da cooperativa 748

STJ00105277

CAPÍTULO LII – OS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES INCIDENTES NAS OPERAÇÕES DAS COOPERATIVAS 751

1. Distinções e tratamento próprio dispensado às cooperativas 751
2. O imposto de renda nas operações realizadas pela cooperativa e nas retiradas de valores pelos dirigentes 753
3. O imposto de renda nas aplicações financeiras 757
4. Incidência do ICMS nas operações das cooperativas 758
5. ICMS nas operações das cooperativas de produtores 761
6. Imposto sobre Produtos Industrializados nas atividades das cooperativas 762
7. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza 764
8. Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS 766
9. Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS 770
10. Exclusões de operações na incidência do PIS e da COFINS por expressa previsão legal e posição do STJ favorável à simples não incidência 776
11. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL 781
12. Contribuições previdenciárias pelas cooperativas e pelos cooperados 783
13. Contribuição cooperativista 788

CAPÍTULO LIII – MODELOS DE CONSTITUIÇÃO DE COOPERATIVAS, DE COOPERATIVAS CENTRAIS OU FEDERAÇÕES E CONFEDERAÇÕES, ORGANIZAÇÃO, CONDIÇÕES PARA O CARGO DE ADMINISTRADOR E ORIENTAÇÕES 789

1. Modelo de ata de constituição de cooperativa 789
2. Modelo comum de estatuto de cooperativa 789
3. Orientações para a constituição de cooperativa de crédito e operações autorizadas e condições para o cargo de administrador 789
   - 3.1. Orientações 789
   - 3.2. Condições para o cargo de administrador 798
   - 3.3. Modelo de estatuto de cooperativa 799
   - 3.4. Operações autorizadas 799
4. Organização de cooperativa central ou federação e de confederação e modelos 803
   - 4.1. Organização 803
   - 4.2. Modelo de edital de convocação de assembleia geral extraordinária 804
   - 4.3. Modelo de ata da assembleia geral extraordinária que deliberou pela participação na cooperativa central ou federação, ou na confederação 804

STJ00105277

4.4. Modelo de ata de assembleia geral de constituição de cooperativa central ou federação, ou de confederação 805
4.5. Modelo de estatuto de cooperativa central ou federação, ou de confederação 805

CAPÍTULO LIV – SOCIEDADES COLIGADAS 807

1. A mútua participação das sociedades umas nas outras 807
2. A sociedade controlada 808
3. Sociedade coligada ou filiada sem controle 809
4. Participação em sociedade 810
5. Limites na participação de uma sociedade em outra que é sua sócia 810
6. Modelo de estatuto de sociedade *holding* ou de sociedade que controlará as demais sociedades 811

CAPÍTULO LV – LIQUIDAÇÃO, EXTINÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL E MEDIDAS CAUTELARES 813

1. Dissolução e liquidação 813
2. O desenvolvimento da liquidação administrativa 814
3. Aplicação do procedimento informal à liquidação 816
4. Modelo de ata de reunião ou assembleia de dissolução e/ou liquidação de sociedade 817
5. Deveres do liquidante 817
6. Representação e poderes do liquidante 819
7. O inventário e o balanço geral 820
8. Pagamento das obrigações e rateios dos haveres sociais 821
9. Prestação de contas e encerramento da liquidação 822
10. Liquidação judicial 824
11. Procedimento judicial simplificado 827
12. Extinção da sociedade e baixa na Junta Comercial 828
    12.1. Dissolução, liquidação, extinção e regramentos especiais 828
13. Medidas cautelares 834

CAPÍTULO LVI – EXPANSÃO, TRANSFORMAÇÃO, INCORPORAÇÃO, FUSÃO E CISÃO DAS SOCIEDADES 837

1. Expansão da sociedade pela criação de filiais 837
2. Transformação das sociedades 838
    2.1. O conceito e as razões que levam à transformação 838
    2.2. Os efeitos na transformação 839
    2.3. Sociedades transformáveis 840
    2.4. Distinções relativamente à incorporação, fusão e cisão 841

STJ00105277

2.5. O procedimento para a transformação 841
2.6. O direito de recesso ou retirada dos sócios dissidentes 843
3. A disciplina pelo Código Civil da incorporação, fusão e cisão. Necessidade da justificação e do protocolo. Responsabilidade e direitos da sociedade sucessora 844
4. Incorporação de sociedades 845
4.1. O negócio de incorporação 845
4.2. Os atos da incorporação, a justificação e o protocolo 847
4.3. A aprovação da incorporação 849
4.4. A avaliação do patrimônio da sociedade a ser incorporada 850
4.5. Formalização da incorporação 851
4.6. Modelo de justificação e protocolo 851
4.7. Modelos de deliberação da assembleia para a incorporação de sociedade 852
4.8. Modelo de alteração contratual por incorporação de sociedade 852
5. Fusão de sociedades 852
5.1. A formação de nova sociedade no lugar de duas ou mais sociedades 852
5.2. Formalidades da fusão 853
5.3. A assembleia de aprovação da fusão 854
5.4. Os atos para formalizar a fusão 855
5.5. Modelo de instrumento de justificação e protocolo 856
5.6. Modelo de deliberação que autoriza a fusão das sociedades 856
5.7. Modelo do novo contrato das sociedades decorrente da fusão 856
6. A cisão de sociedades 856
6.1. A transferência do capital de uma sociedade para outras sociedades 856
6.2. As diretrizes para operar a cisão e as diversas fases 857
6.3. Aprovação pelas assembleias ou reuniões das sociedades 858
6.4. Arquivamento e publicidade dos atos de cisão 859
6.5. Modelo de instrumento de justificação e protocolo 859
6.6. Modelos de deliberação da assembleia para a cisão de sociedade 860
6.7. Modelo de alteração contratual por aumento de capital vertido por cisão 860
7. Arquivamento na Junta Comercial dos atos de transformação, incorporação, cisão e fusão 860
8. Anulação dos atos de incorporação, fusão ou cisão 866
9. Direito de retirada na incorporação, fusão ou cisão 867
10. O regime do patrimônio e incidência de tributos na incorporação, fusão ou cisão 868

STJ00105277

CAPÍTULO LVII – SOCIEDADE DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO DO PODER PÚBLICO 873

1. Abrangência da necessidade de autorização e lei de regência 873
2. A existência de lei para impor a necessidade de autorização 874
3. Extensão da necessidade de autorização às sociedades estrangeiras ... 874
4. Atividades reservadas a empresas brasileiras 875
5. Autorização para a sociedade nacional 875
6. Mudança de nacionalidade de empresa brasileira 878
7. O requerimento e providências para a autorização 879
8. A ordem de autorização 881

CAPÍTULO LVIII – SOCIEDADE ESTRANGEIRA 883

1. Restrições na participação de pessoas ou sociedades estrangeiras 883
2. Formação da sociedade e autorização governamental para se instalar no Brasil 885
3. Requisitos necessários para a autorização para se instalar no Brasil 886
4. O ato de autorização, sua publicação e inscrição 888
5. Regência segundo a lei brasileira 890
6. Regras sobre o funcionamento 891
7. O cancelamento da sociedade estrangeira 893
8. A nacionalização da sociedade estrangeira 893
9. Participação de sociedade ou pessoa física estrangeira em sociedade brasileira 895
10. Regulamentação da participação de pessoa física ou jurídica estrangeira em sociedade brasileira 897
11. Constituição de subsidiárias de sociedades estrangeiras 900
12. Sociedade ou empresa multinacional 901

CAPÍTULO LIX – O ESTABELECIMENTO DE EMPRESA 903

1. O estabelecimento como complexo de bens para o funcionamento da empresa 903
2. Estabelecimento como suporte da atividade empresária 904
3. Elementos integrantes da universalidade do estabelecimento, incluindo a clientela, o fundo de empresa e o aviamento 905
4. Estabelecimento como resultado da fusão entre bens corpóreos e incorpóreos 906
5. Natureza do estabelecimento 907

STJ00105277

6. Direitos e obrigações tendo por objeto o estabelecimento e sua venda 907
7. Transferência de quotas e consentimento dos credores na transferência do estabelecimento 909
8. Responsabilidade do adquirente pelas obrigações do alienante 910
9. Efeitos da transferência no direito do trabalho e no direito tributário 911
10. Venda do estabelecimento e concorrência ao adquirente 912
11. Transferência do estabelecimento e sub-rogação nos negócios 913
12. Modelo de contrato de venda e compra de estabelecimento 915

CAPÍTULO LX – O REGISTRO DA SOCIEDADE 917

1. O ato do registro 917
2. Função do registro 918
3. O encaminhamento do registro 919
4. As consequências da falta de registro 920
5. A publicidade dos atos societários e sua verificação pelas Juntas Comerciais 920
6. Discriminação sistematizada de atos societários precedidos da prévia publicidade 922
7. A verificação da regularidade dos atos sociais pelas Juntas Comerciais 923

CAPÍTULO LXI – O NOME EMPRESARIAL E A FIRMA DA SOCIEDADE 929

1. Distinções entre nome empresarial, firma, denominação e marca 929
2. A firma e o nome ou denominação do empresário e da empresa 931
3. Composição da firma ou razão social na sociedade de responsabilidade ilimitada 932
4. O nome empresarial da sociedade limitada 933
5. O nome ou denominação com a referência da sociedade e do objetivo social 934
6. Elementos gerais na composição do nome ou firma, inclusive das pequenas e médias empresas 935
7. Casos de impossibilidade de registro do nome empresarial 936
8. Exclusividade e proteção do nome ou denominação empresarial 938
9. Proibição da alienação do nome ou denominação empresarial 939
10. Proibição de continuar o nome do sócio falecido, excluído ou que se retira 941
11. Cancelamento do nome ou denominação empresarial 941

STJ00105277

CAPÍTULO LXII – PREPOSTOS, GERENTES, CONTABILISTAS E DEMAIS AUXILIARES 943

1. Prepostos 943
2. Gerentes 945
3. Contabilistas e demais auxiliares 948

CAPÍTULO LXIII – ESCRITURAÇÃO E CONTABILIDADE 953

1. O registro das operações da sociedade e distinções 953
2. Os livros contábeis 954
   2.1. Livros para o registro de operações fiscais 956
3. Elementos externos dos livros 957
4. Modelos de termos de abertura e encerramento dos livros 959
5. A forma de escrituração no livro diário 959
6. O livro "balancetes diários e balanços" 960
7. O inventário dos bens no balanço patrimonial 961
8. Escrituração do balanço patrimonial 964
9. Balanço do resultado econômico 966
10. A preservação do exame da contabilidade 966
11. Exibição integral e parcial dos livros 969
12. Presunção de confissão na recusa em apresentar os livros 970
13. Exame dos livros e vistorias para finalidades tributárias 971
14. O procedimento para a apresentação dos livros ou exame 971
15. Conservação e guarda dos livros 973

CAPÍTULO LXIV – RESPONSABILIDADE EM GERAL DAS SOCIEDADES, DOS ADMINISTRADORES E DOS SÓCIOS 977

1. Extensão na aplicação da responsabilidade às sociedades em geral 977
2. O princípio da responsabilidade das pessoas jurídicas 979
3. Responsabilidade na sucessão das sociedades 979
4. Responsabilidade dos administradores e sócios pelas obrigações em geral das sociedades 980
   4.1. Quanto aos administradores 980
   4.2. Quanto aos sócios em geral 983
5. Responsabilidade e prestação do aval e de garante nos contratos pelos administradores e sócios 986
6. Responsabilidade subsidiária 987
7. Responsabilidade dos administradores e sócios para com terceiros pela falta de capital verificada na falência ou insolvência civil 988
8. Base da responsabilidade na desconsideração da personalidade jurídica 989

STJ00105277

9. Responsabilidade e desconsideração da personalidade nas relações trabalhistas 996
10. Responsabilidade dos sócios-gerentes especificamente pelas obrigações fiscais e previdenciárias das pessoas jurídicas privadas 998
10.1. Responsabilidade dos sócios-gerentes na dissolução irregular da sociedade 1002
10.2. Extensão da responsabilidade na falta de recolhimento das contribuições previdenciárias 1003
11. Responsabilidade dos sócios na falta de recolhimento de tributos e contribuições 1004
12. Obrigações pessoais dos sócios 1006

BIBLIOGRAFIA 1009